



SEMINÁRIO NACIONAL
CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

Mesa 02: Base Nacional Comum Curricular e Avaliação Nacional da Educação Infantil: desafios para a formação docente



SEMINÁRIO NACIONAL
CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
POLÍTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

**Mesa 02: Base Nacional Comum Curricular e
Avaliação Nacional da Educação Infantil: desafios
para a formação docente**

Mônica Correia Baptista (UFMG)
Zilma de Oliveira (USP)
Ordália Alves Almeida (UFMS/RNPI)





"NÃO SE PODE FALAR EM EDUCAÇÃO SEM AMOR"
PAULO FREIRE

**"NÃO SE PODE FALAR EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES SEM
FALAR EM PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO"**
ORDÁLIA ALMEIDA





“Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição.

Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. (...)

Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê.

Não posso ser professor a favor simplesmente do homem ou da humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa.





Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda.

Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais.

Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria *na fartura*.

Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza.





Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza.

Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa mas não desiste.

Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso [das crianças] alunos, não canso de me admirar.”

(Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia*, São Paulo, Paz e Terra, 2011)





Um pouco de história... Cenário do passado...

✓ **A Lei n. 5.692/1971 - Núcleo Comum para os Currículos do Ensino de 1º. e 2º. Graus**

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

§ 1º - Prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I — CFE: fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

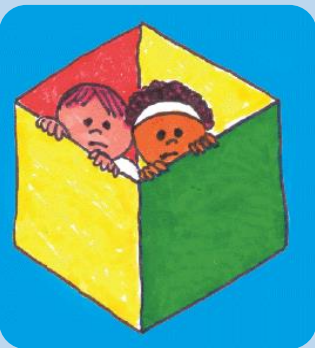
II — CEEs: relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.



CFE - Parecer 353 -12/11/71 – Valnir Chagas

A fixação do **núcleo comum** é, talvez, o **desdobramento mais importante** dentre quantos se devam fazer **da Lei no 5.692**, de 11 de agosto de 1971, ainda como prolongamento de suas formulações iniciais e já como **primeira medida concreta** de sua implantação.

E tanto mais relevante há de tornar-se esse passo inicial, para a **vigência do que se espera venha a constituir sobretudo uma nova concepção da escola**, quanto mais nítidas se mostrem desde logo, em si mesmas e em suas repercussões visíveis, as soluções oferecidas pelo legislador para o **problema do currículo globalmente considerado**.





Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, **constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.**

O GT responsável pelo anteprojeto básico da Lei 5.692, em seu relatório, já salientava que o **núcleo comum e a parte diversificada, "mesmo reunidos, ainda não constituem propriamente o currículo, e sim a matéria-prima a ser trabalhada no currículo pleno de cada estabelecimento**





CENÁRIO DO PRESENTE...

Subsídios para apoiar a formulação de uma Política Nacional de Avaliação e Currículo na EI.

**Sem um forte investimento na educação básica o País não atenderá aos desafios de formação pessoal, profissional e cidadã de seus jovens, a Base Nacional Comum assume um forte sentido estratégico nas ações de todos os educadores, bem como gestores de educação, do Brasil.
(Renato Janine Ribeiro, BNC/2005)**






- ❖ **Em que aspectos comungam esses cenários?**

- ❖ **Em que diferem esses cenários?**

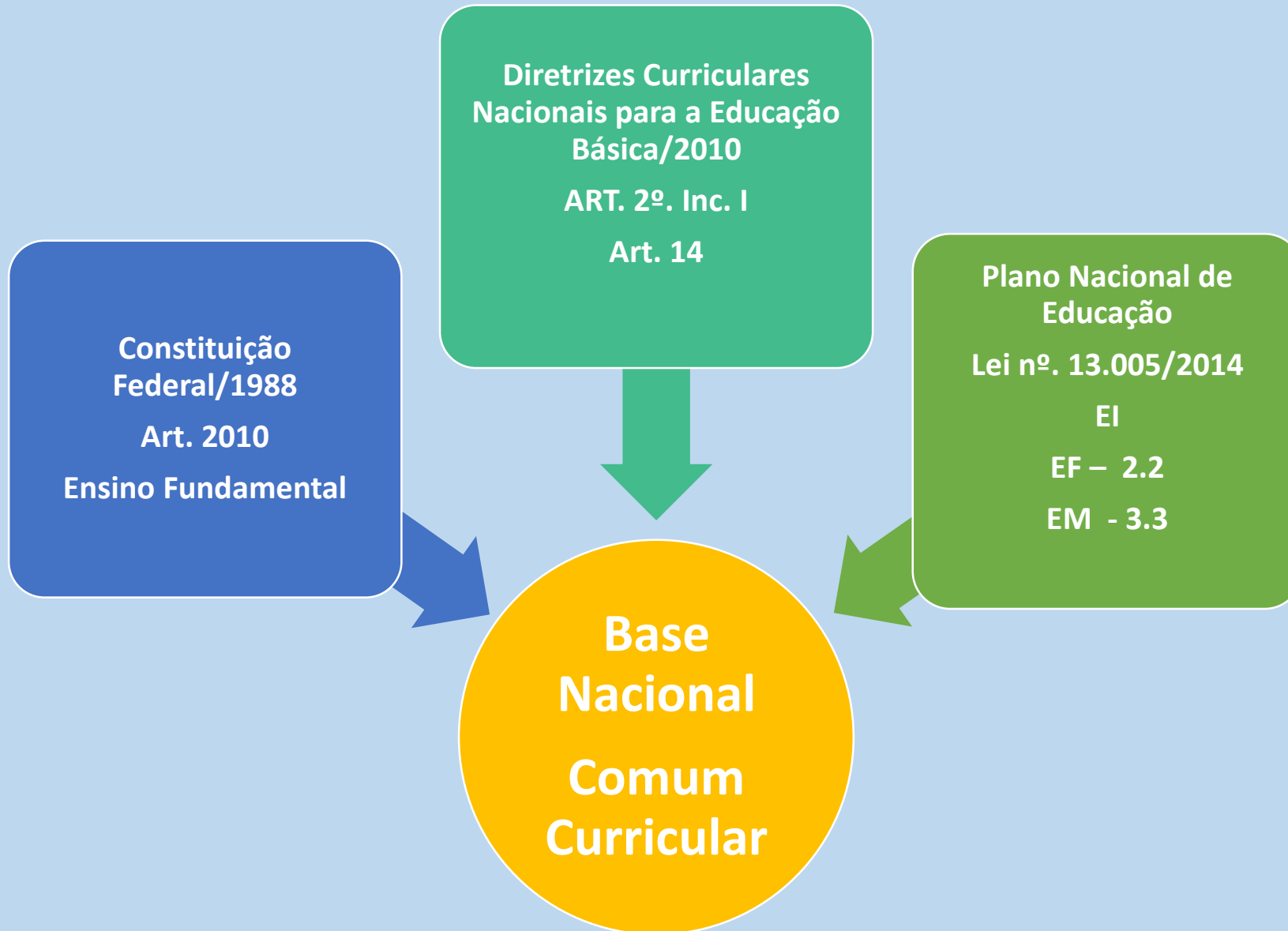
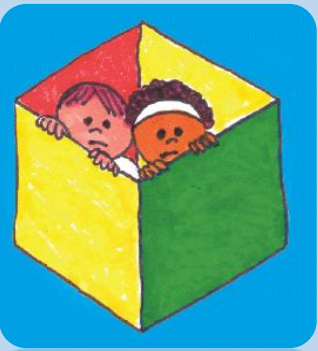




O que o Brasil já produziu de subsídios para apoiar a formulação de uma Política Nacional de Avaliação e Currículo na EI?

- ❖ **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL(1999, 2009)**
- ❖ **INDICADORES DE QUALIDADE (2009)**



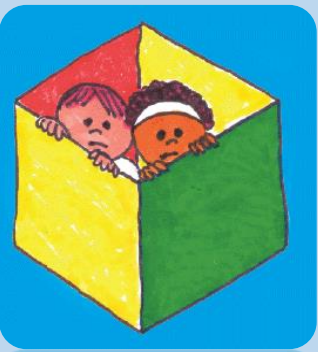




Art. 14. Base Nacional Comum na Educação Básica:

Constitui-se de **conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente**, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do **conhecimento científico e tecnológico**; no mundo do trabalho; no **desenvolvimento das linguagens**; nas **atividades desportivas e corporais**; na **produção artística**; nas **formas diversas de exercício da cidadania**; e nos **movimentos sociais**.



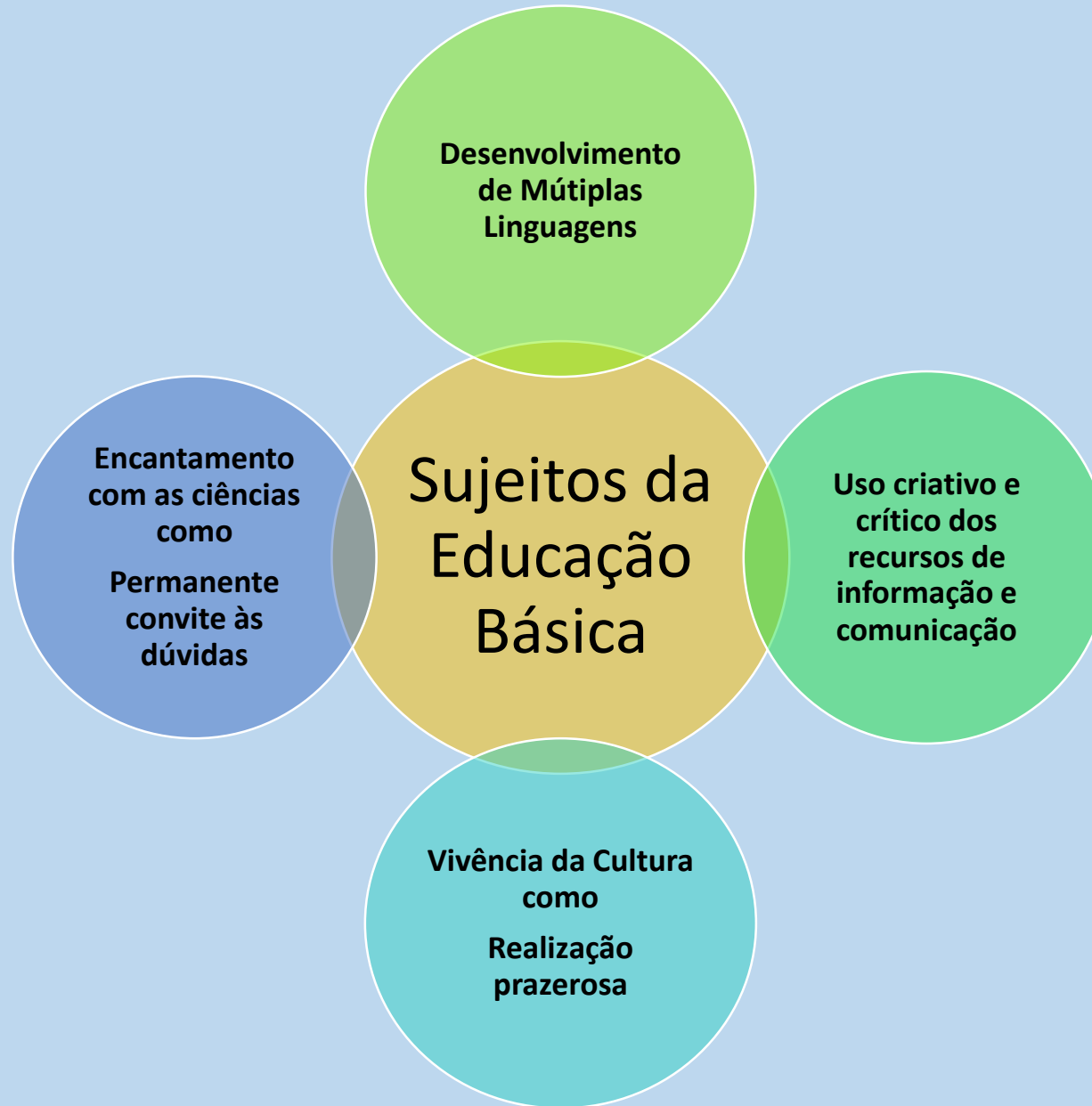
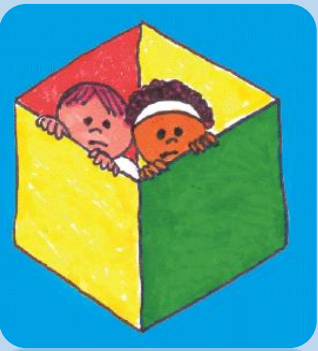


Objetivo da BNC:

Sinalizar percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da **Educação Básica**, compreendida pela **Educação Infantil, Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, e Ensino Médio**, capazes de garantir, aos sujeitos da educação básica, como parte de seu **direito à educação**.



DIREITOS FUNDAMENTAIS – CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO



CONCEPÇÕES DE INFÂNCIAS E CRIANÇAS



INFÂNCIA

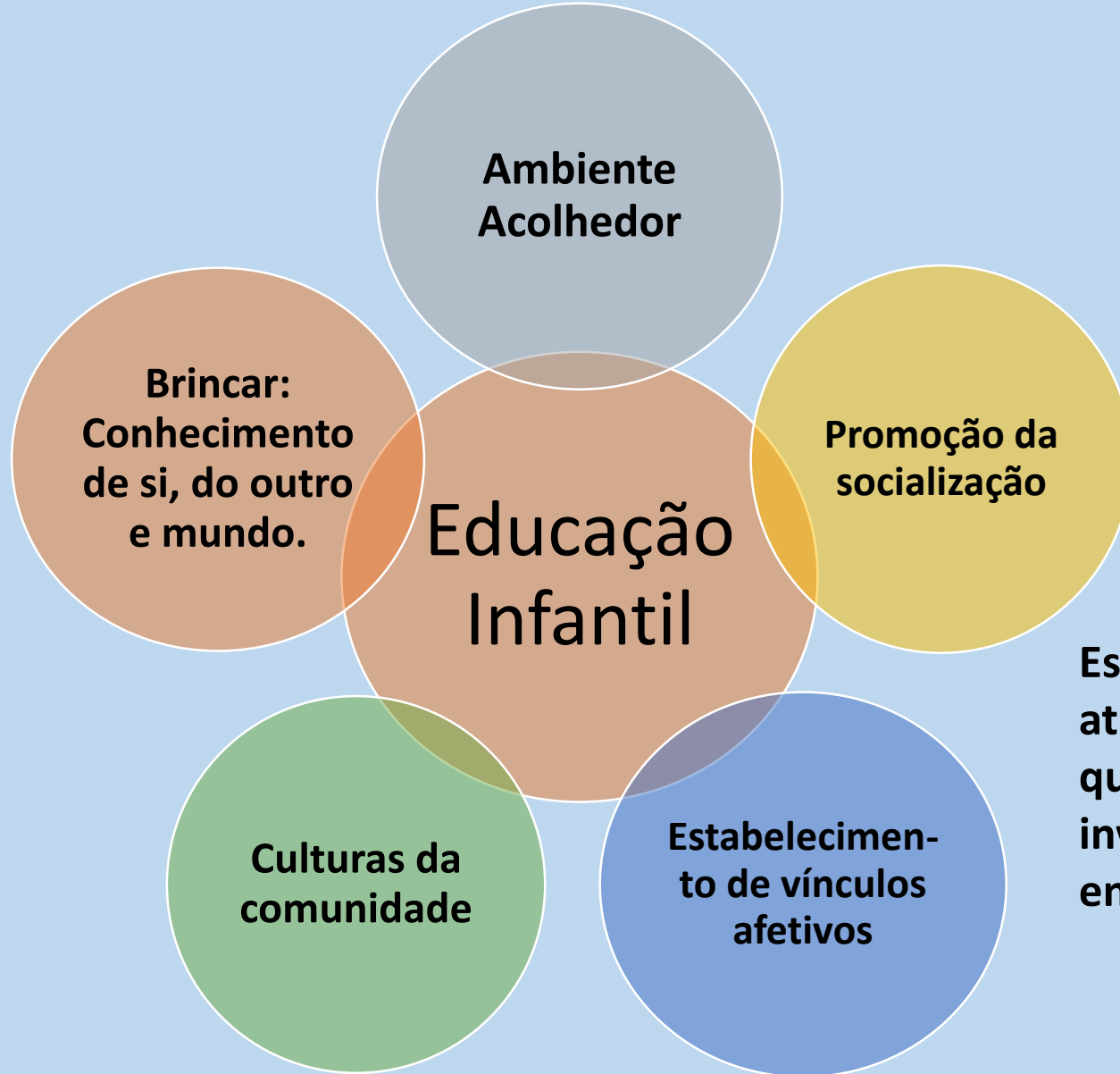
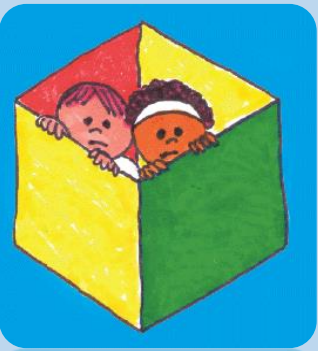
construção social contextualizada em relação ao tempo, ao local e à cultura, variando segundo a classe, o gênero e outras condições socioeconômicas

CRIANÇAS

atores sociais, partícipes da construção e da determinação de suas próprias vidas e da vida daqueles que as cercam e das sociedades em que vivem.



NA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA...



Estabelecimento de atitudes de curiosidade, questionamento, investigação e encantamento.



TEMAS INTEGRADORES



Consumo e Educação Financeira;

Ética, Direitos Humanos e Cidadania;

Sustentabilidade;

Tecnologias Digitais;

Culturas Africanas e indígenas



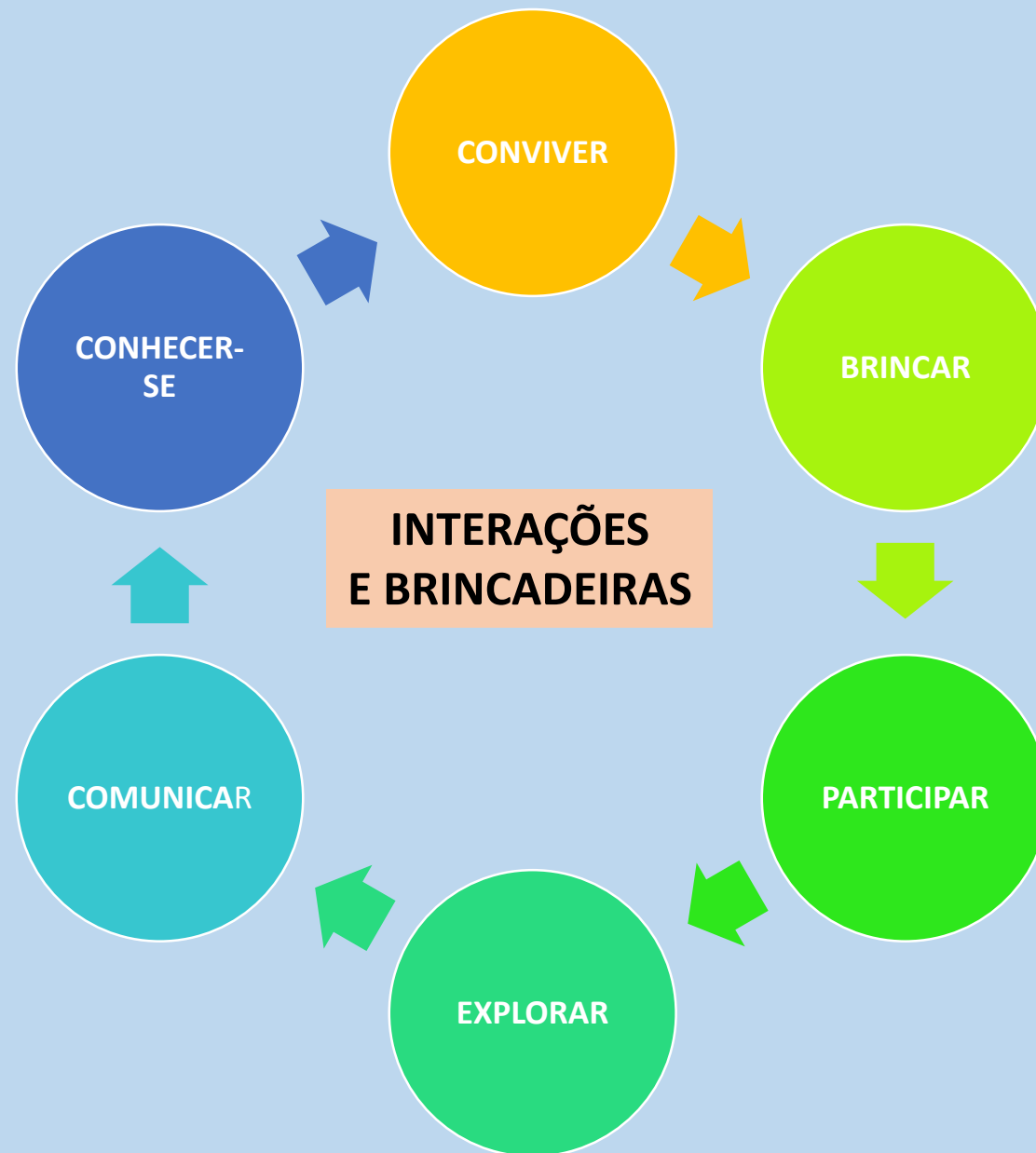
DCNEI/ART. 3º – CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL



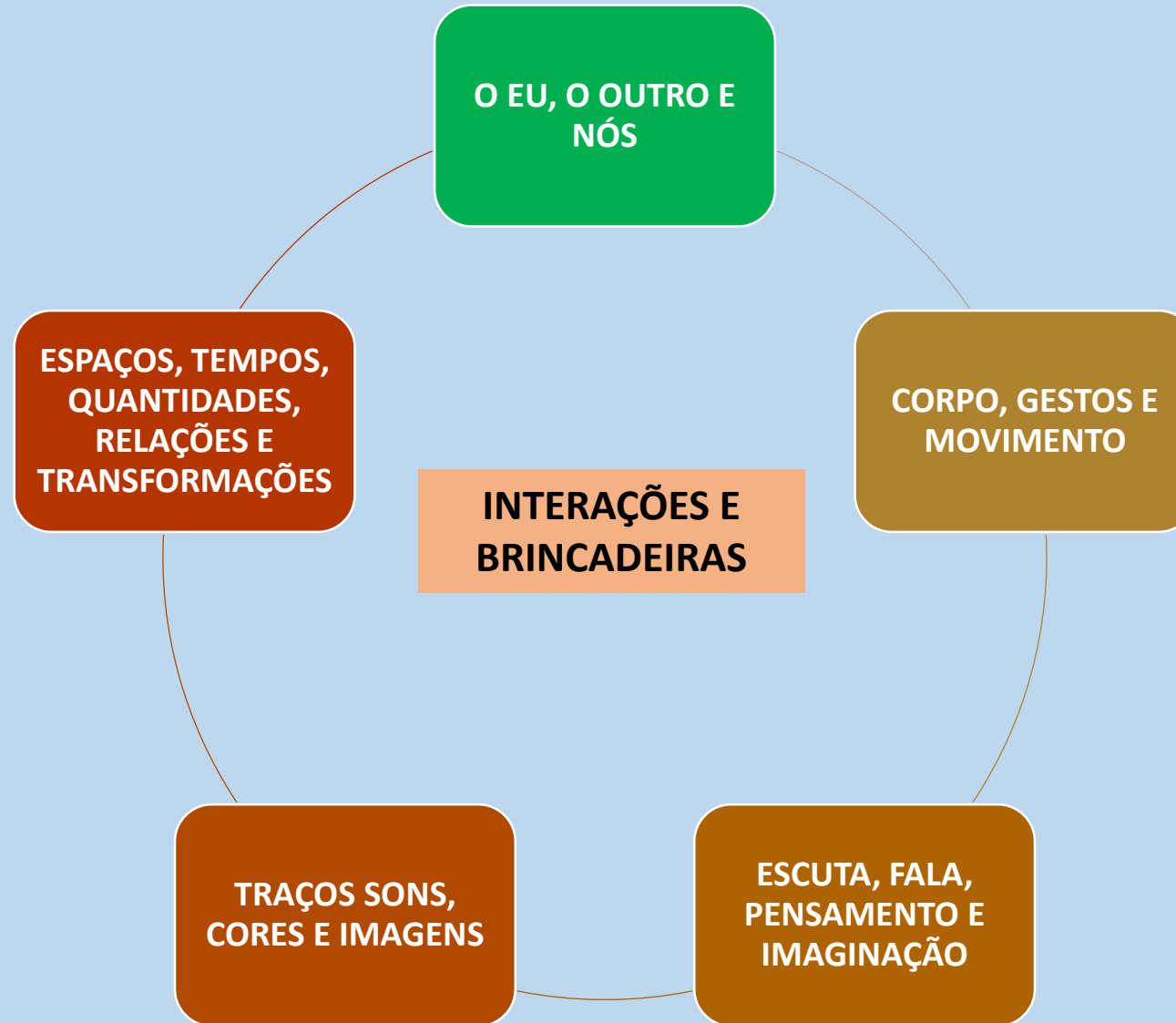
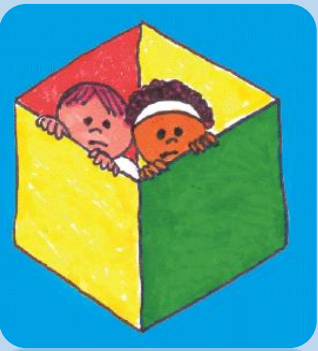
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS DE 0 A 05 ANOS



DIREITOS DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

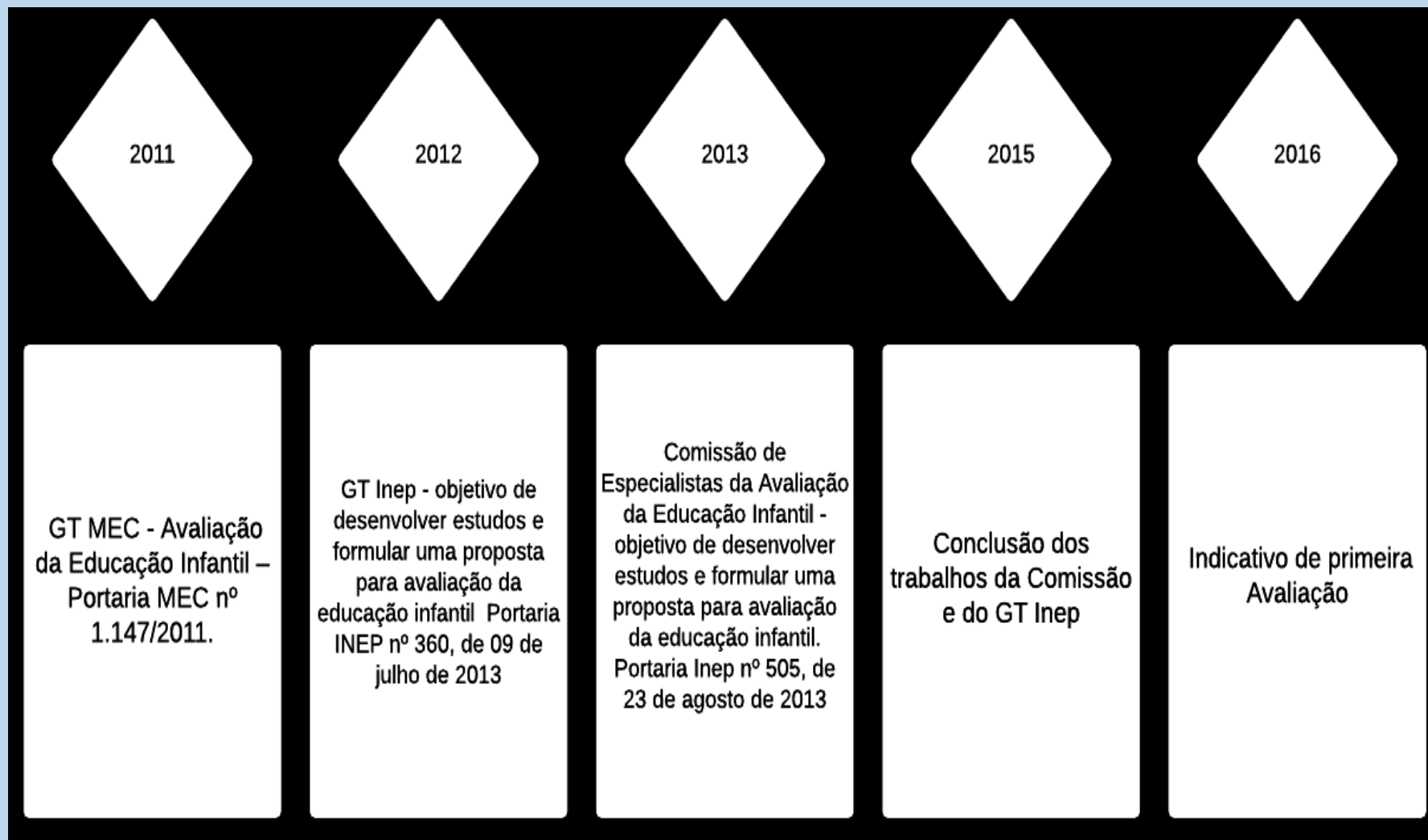


CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL



AVALIAÇÃO NACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ANEI

Linha do tempo da ANEI



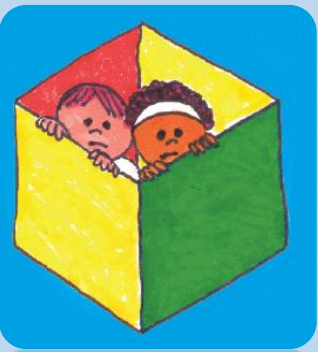
PNE (2014-2024)

META 01: Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

1.6 - Avaliação

Implantar, até o segundo ano da vigência deste PNE, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL/2009

Dimensão A - Acesso/oferta (por idade)

Dimensão B – Infraestrutura

Dimensão C - Recursos Pedagógicos

Dimensão D – Profissionais da Educação Infantil

Dimensão E – Gestão do Sistema

Dimensão F – Gestão da Unidade



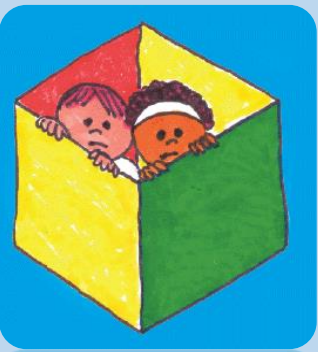


“A Diretoria de Avaliação da Educação Básica do INEP introduz, pelo menos ao nível da educação infantil, uma abordagem inédita para a avaliação de larga escala no Brasil.

A proposta é inovadora em relação ao que é feito em outros países onde provas são introduzidas desde muito cedo na educação infantil e foi apresentada durante encontro da UNDIME. No entanto, enquanto as escolas particulares terão uma avaliação amostral, as públicas terão avaliação censitária. O modelo protege as escolas particulares com a metodologia amostral. (Blog do Freitas)

“Temos com a ANEI uma interessante oportunidade de construirmos uma cultura de avaliação com bases em indicadores de contexto (mesmo que ainda sujeitos a revisão)”. Gisele Souza





Desdobramentos para a formação docente que podem ser esperados a partir da ANEI e BNC e o papel da universidade no cenário atual





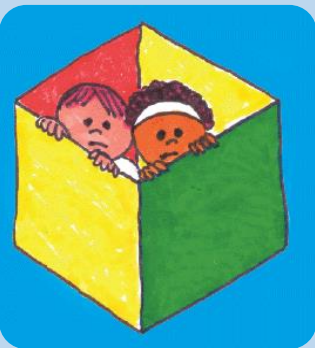
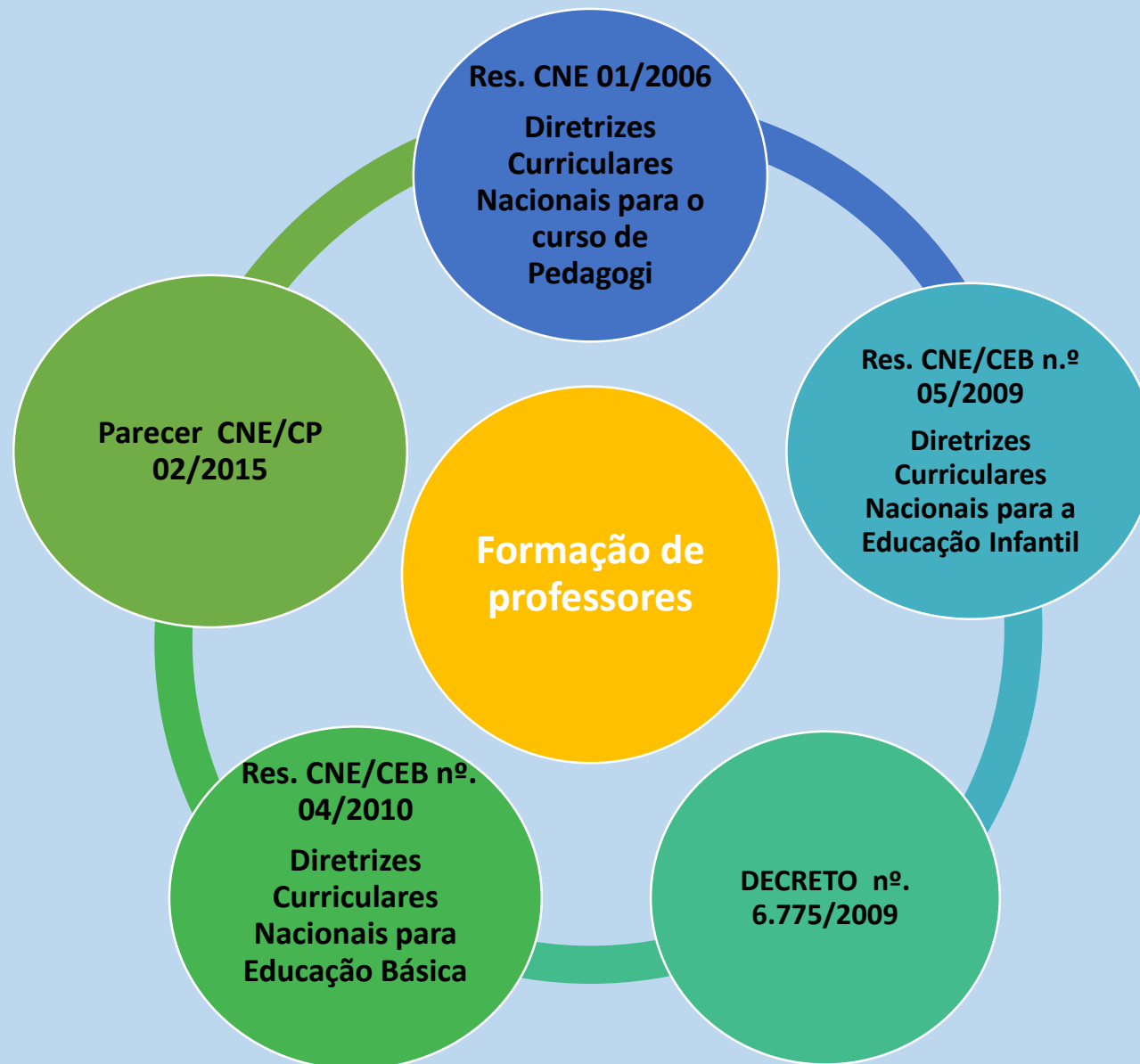
Dois rumos importantes serão abertos pela BNC:

1º. a formação tanto inicial quanto continuada dos nossos professores mudará de figura;

2º. o material didático deverá passar por mudanças significativas, tanto pela incorporação de elementos audiovisuais (e também apenas áudio, ou apenas visuais) quanto pela presença dos conteúdos específicos que as redes autônomas de educação agregarão. (Renato Janine Ribeiro, BNC, 2015)



ATOS NORMATIVOS






Decreto nº 6.755/2009:

- Evidencia uma concepção de formação que considera os profissionais da educação básica como portadores e sujeitos com conhecimentos, experiências, habilidades e possibilidades**
- Os credenciam a integrar os programas das universidades e demais instituições formadoras, exercendo um papel fundamental nos processos formativos.**





Lugar dessas reflexões na formação do professor de Educação Infantil...

A Formação do/a professor/a de Educação Infantil

1. “Função social” (Marcelo Garcia, 1999)
2. Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir:
 - da significação social da profissão;
 - da revisão constante dos significados sociais da profissão;
 - da revisão das tradições.

Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque preches de saberes válidos às necessidades da realidade (Pimenta, 2000, p.19)





O/A PROFESSOR/A DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. O que se deve saber?

a) Conhecimentos e suas formas e contexto de produção (ciências, teoria da educação, teoria pedagógica)

2. O que se deve saber fazer?

b) Transformar o saber científico em saber escolar

3. Como se deve ser?

c) Ética e Política





OPORTUNIDADES E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Oportunidades:

- ❖ Discussão das bases em que estão sendo consolidados os projetos pedagógicos voltados à formação de professores;
- ❖ Revisão das matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia;
- ❖ Valorização de uma formação humana e cultural dos professores;
- ❖ Socializar as pesquisas sobre educação da Infância, produzidas no âmbito da academia, nos cursos de formação inicial e continuada.





❖ DESAFIOS...

O Conselho Nacional de Educação elabora as diretrizes curriculares nacionais para formação de professores, mas até onde eu sei, essas diretrizes não são cumpridas. Também acho que elas não são nem conhecidas pela maioria dos formadores. (Bernadete Gatti/2006)



MATRIZES CURRICULARES - LICENCIATURAS EM PEDAGOGIA - (GATTI et al - 2008)

Categorias		Nº	%
Fundamentos teóricos da educação	Fundamentos teóricos da educação	701	22,6
	Didática geral	106	3,4
	Subtotal	807	26,0
Conhecimentos relativos aos sistemas educacionais	Sistemas educacionais	165	5,3
	Currículo	158	5,1
	Gestão escolar	140	4,5
	Ofício docente	19	0,6
	Subtotal	482	15,5
Conhecimentos relativos à formação profissional específica	Conteúdos do currículo da educação básica (infantil e fundamental)	232	7,5
	Didáticas específicas, metodologias e práticas de ensino	643	20,7
	Tecnologias	22	0,7
	Subtotal	897	28,9
Conhecimentos relativos às modalidades e nível de ensino	Educação Especial	118	3,8
	Educação de Jovens e Adultos	49	1,6
	Educação Infantil	165	5,3
	Contextos não escolares	16	0,5
	Subtotal	348	11,2
Outros saberes		173	5,6
Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		217	7,0
Atividades complementares		183	5,9
Total		3.107	100,0

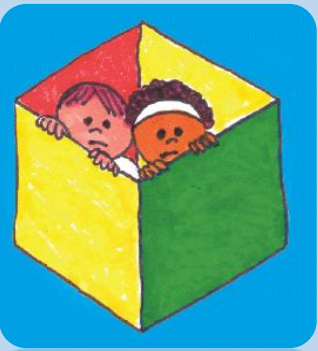




❖ **DESAFIOS...**

Oferecimento de cursos capazes de proporcionar uma formação de docentes para a atuação nas milhares de salas de Educação Infantil existentes neste país, formando-os para os desafios cotidianos das instituições educativas, em suas diferentes dimensões.





PRÁTICAS FORMATIVAS QUE VALORIZEM AS MANIFESTAÇÕES E TRADIÇÕES CULTURAIS BRASILEIRAS



Música

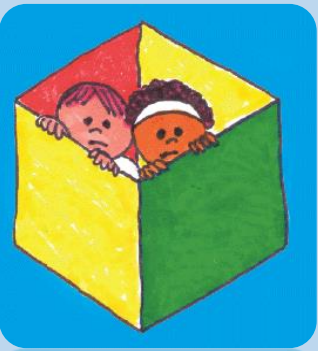
**Artes plásticas e
gráficas**


Cinema

Fotografia

Dança e teatro

Poesia e literatura





Como a RNPI pode colaborar com as políticas de formação docente?

- ❖ Dialogar com o Ministério da Educação na perspectiva de se garantir a Política de Formação de Professores como uma Política de Estado.


PRIORIDADE DO NOVO MANDATO DE DILMA, EDUCAÇÃO SOFRE CORTE DE R\$ 7 BILHÕES

Alçada à condição de prioridade máxima do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, que escolheu o lema "Pátria educadora" para os próximos quatro anos, a educação foi o alvo mais importante da primeira rodada de corte de despesas de 2015. (Jus Brasil/2015)

CORTE EM VERBAS PARA EDUCAÇÃO PARALISA PESQUISA CIENTÍFICA NA UFRGS

No início do mês, as universidades federais foram informadas pelo Ministério da Educação (MEC) de que o orçamento de programas de apoio à pesquisa na pós-graduação (Proap e Proex) será enxugado em 75% neste ano. Mesmo diminuídos, os repasses, sempre feitos em março, até agora não ocorreram. (Julho/2015)



- 
- ❖ **Exercer papel propositivo e mediador na Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, referenciando-se nas orientações expressas pelo Parecer CNE/CP nº. 02/2015.**

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

2.3.1 Formação inicial do magistério da educação básica em nível superior: estrutura e Currículo

a) cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar



PRODUZIR MATERIAL DE APOIO ÀS REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS, CONSIDERANDO AS ORIENTAÇÕES DA BNC E ANEI.





❖ MONITORAR OS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS DO PNE QUE DIZEM RESPEITO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

META 15 - Formação de professores

- Garantir, em regime de colaboração (União, Estados, DF, Municípios), no prazo de 1 ano de vigência PNE, Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – In. I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394/ 1996.

META 16 - Formação continuada e pós-graduação de Professores

- Formar 50% dos prof. – Educação Básica, até o último ano do PNE, e garantir a todos Prof. EB - formação continuada em sua área de atuação.

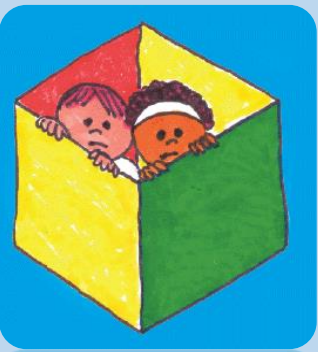
META 17 - Valorização de Professores

- Valorizar os(as) profissionais do magistério das Redes P úblicas da EB a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE.

META 18 – Planos de Planos de Carreira

- assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da EB e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da EB pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.





A valorização dos profissionais é parte imprescindível do compromisso de garantir Educação de qualidade. Além da garantia da remuneração justa, é preciso oferecer ao profissionais da educação formação adequada e recursos materiais e didáticos para atender as particularidades dos cuidados e da aprendizagem das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Os cursos de formação inicial e continuada de professores devem considerar as especificidades da atuação na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Educação Superior.





As mudanças na sociedade se tornam cada vez mais rápidas e intensas, engendradas pela dinâmica capitalista e neoliberal, que também impulsionam fenômenos como a globalização e a manutenção de uma nova sociedade baseada na informação e no conhecimento. (KALLAJIAN, 2012)





Talvez pela primeira vez em nosso país, começamos a pensar um perfil de [professor] adequado às características e necessidades de [crianças] em diferentes [momentos] de seu desenvolvimento. Ou seja, começamos a pensar na criança, no adolescente, no jovem, no adulto que se encontra escondido atrás da palavra “aluno”...

Essa nova perspectiva permite também que alguns espaços de discussão acadêmica, até agora segregados, passem a conversar entre si.(CAMPOS, 1998)

